

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S****ATA DA 485ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFUSP**

ATA – Aos doze de março de dois mil e quatorze, às 9 horas e 13 minutos, no Auditório Abraão de Moraes, reuniu-se, em 3ª Convocação, a Congregação do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, sob a presidência do Senhor Diretor Prof. Dr. Adalberto Fazzio, do Vice-Diretor Prof. Dr. Marcos Nogueira Martins e com a presença dos seguintes membros; **Professores Titulares:** Profs. Drs. Alejandro Szanto de Toledo, Armando Corbani Ferraz (após 10h16min), Marcia C. de Abreu Fantini (após 10h09min), Marília Junqueira Caldas (após 10h07min), Paulo Alberto Nussenzveig (após 09h30min), Renata Zukanovich Funchal (após 09h30min), Renato de Figueiredo Jardim, Roberto Vicençotto Ribas (após 09h23min) e Vito Roberto Vanin; **Chefes de Departamento:** Profs. Drs. Manfredo Harri Tabacniks, Marina Nielsen, Maria Teresa Moura Lamy (após 09h26min), Victor de Oliveira Rivelles, Euzi C. Fernandes da Silva (após 10h16min) e Nelson Carlin Filho; **Presidentes de Comissão:** Profs. Drs. Lucy Vitória Credidio Assali e Mário José de Oliveira; **Professores Associados:** Profs. Drs. Said R. Rabbani, Alexandre A. do Passo Suaide, Alvaro Vannucci, Elisabeth Mateus Yoshimura, José Roberto Brandão de Oliveira (após 09h42min), Ana Regina Blak (suplente) e Elisabeth Andreoli de Oliveira (após 10h15min); **Professores Doutores:** Profs. Drs. Américo A. F. Sansigolo Kerr (após 9h23min), Cristiano R. de Mattos, Renato Higa (suplente), Nora Lia Maidana (após 10h), Carmen Silvia de Moya Partiti e Philippe Gouffon; **Representantes Discentes:** Srs. Roberto Dobal Baldijão (após 10h09min), Felipe Martins de Godoy, Carlos Alberto Souza (após 09h53min) e Rivaldo Vieira Xavier (após 09h48min); **Representantes dos Servidores não docentes:** Srs. José Valdir Spadacini e Simone Perche de Toledo. Encontram-se **afastados** os seguintes membros docentes: **Professores Titulares:** Prof. Dr. Antonio José Roque da Silva, Paulo Eduardo Artaxo Netto e Tânia Tomé M. de Castro (licença médica). Não compareceu à reunião e **apresentou justificativa** para sua ausência; **Professor Associado:** Prof. Dr. Valmir Antonio Chitta. Não compareceram à reunião e **não apresentaram justificativa:** **Professores Titulares:** Profs. Drs. Adilson José da Silva, Antonio Martins Figueiredo Neto, Dmitri Maximovitch Gitman, Edilson Crema, Élcio Abdalla, Fernando Silveira Navarra, Gil da Costa Marques, Gennady Gusev, Gustavo Alberto Burdman, Iberê Luiz Caldas, João Carlos Alves Barata, José Carlos Sartorelli, Josif Frenkel, Luiz Carlos Chamon, Manoel Roberto Robilotta, Maria Cristina dos Santos, Nestor Felipe Caticha Alfonso, Ricardo Magnus Osório Galvão e Sylvio R. Accioly Canuto; **Presidentes de Comissão:** Profs. Drs. Oscar José Pinto Éboli e sua suplente Suhaila Maluf Shibli, Marcelo Gameiro Munhoz e sua suplente Vera Bohomoletz Henriques; **Professores Associados:** Profs. Drs. Carmen Pimentel Cintra do Prado e sua suplente Vera Bohomoletz Henriques, Kaline Rabelo Coutinho, Alain André Quivy (suplente), Valdir Bindilatti e seu suplente André Bohomoletz Henriques, Antonio Domingues dos Santos, Helena Maria Petrilli e sua suplente Maria Cecília B.S. Salvadori, Fernando Tadeu Caldeira Brandt e sua suplente Suhaila Maluf Shibli, Frédérique M. B. F. Grassi, Airton Deppman e seu suplente Marcelo Martinelli, Valdir Guimarães e seu suplente Arnaldo Gammal, Luis Raul Weber Abramo e seu suplente Emerson J. Veloso de Passos, Hélio Dias e Rubens Lichtenthäler Filho; **Professores Doutores:** Profs. Drs. Henrique de Melo J. Barbosa e seu suplente Alexandre Lima Correia, Raphael Liguori Neto e seu suplente José Fernando Diniz Chubaci, Nemitala Added e seu suplente Paulo Roberto Costa, André de Pinho Vieira e seu suplente Leandro Ramos Souza Barbosa e Adriano Mesquita Alencar e seu suplente Rafael Sá de Freitas. **Representante dos Servidores não docentes:** Sr. Demóstenes José de Melo. A Assistente Acadêmica, Sra. Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, secretariou a reunião. O **Sr. Diretor** iniciou a reunião informando que esta é uma sessão extraordinária da Congregação, convocada conforme decisão da reunião anterior, que tem como único item de pauta a discussão sobre o tema “Governança na USP”. Disse

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

que o objetivo é termos propostas para enviar à administração central para serem discutidas no Conselho Universitário. Prosseguiu dizendo que estava sentindo falta dos nossos representantes junto ao Conselho Universitário, Prof. Alejandro e Prof. Galvão e foi informado que o Prof. Alejandro estava a caminho. Indagou se deveríamos aguardar cinco minutos suecos, esclarecendo que minutos suecos significam o atraso perfeito. O **Prof. Manfredo** sugeriu que enquanto aguardam os representantes o Prof. Renato, que já tem alguma experiência em Conselho Universitário, poderia colaborar um pouco fazendo um relato. O **Prof. Renato Jardim** informou que esta gestão estabelecerá um calendário de discussões acerca de governança e estrutura de poder da Universidade e que devem ter início em 25 de março com uma primeira reunião do Conselho. Isso foi decidido em 1 de outubro do ano passado quando foi alterado também o processo eleitoral para escolha do Reitor. Na verdade, disse, o tema é muito amplo e diversos Conselheiros levantaram a crítica de que governança na USP vai desde a parte administrativa até a acadêmica, passando pelo financeiro etc. Disse que, em sua opinião, as Congregações deveriam coletar sugestões independentemente de área, do campo específico e enviar para a primeira reunião que irá organizar essas informações, dividindo-as em blocos para serem discutidas de forma mais harmônica. Particularmente, disse ter algumas sugestões que vão desde recursos humanos até representação nos Conselhos Centrais. A **Profa. Marina Nielsen** disse que se lembrava que quando houve a proposta dos Diretores para alteração na eleição do Reitor, juntamente havia uma proposta de instauração de uma Estatuinte e perguntou se isso procedia, ao que alguém respondeu que havia, contudo não foi aprovada. O **Prof. Alejandro** esclareceu que a discussão do poder na Universidade começou na gestão anterior quando se propôs uma possível mudança, profunda ou não, do Estatuto e do Regimento da USP. Na proposta dos Diretores houve a sugestão de uma Estatuinte que foi aprovada pelo CO. A palavra Estatuinte é muito vaga e cada setor dá a interpretação que lhe convém politicamente. Exemplificou que os setores trabalhadores e estudantis entenderam ou queriam fazer entender, algo que não foi acordado, que seria uma Estatuinte aberta, paritária, com todas essas conotações que conhecemos. O CO não debateu muito o assunto, mas deu a entender que é discutível. Uma Estatuinte pode ser como foi feita a do governo. Um colegiado que será nomeado para estabelecer propostas, um novo documento que iria, eventualmente, para outro colegiado que ainda não foi definido. Disse que essa foi a decisão da última gestão. Prosseguiu dizendo que pela documentação observou-se que esta gestão, a partir do nome, tentou mudar um pouco o foco. Esclareceu que essa é sua visão, que não ouviu isso de ninguém. O fato de chamar governança basicamente é a mesma coisa, qual é o documento que vai governar a Universidade. Disse que essa questão tem três níveis de discussão. Primeiro, o espírito: qual é a função desse movimento, se é uma Estatuinte, e qual será o colegiado que vai ter a atribuição de fazer a proposta de um novo Estatuto; se é um colegiado amplo, paritário, tripartite, com pesos. Como isso ainda não se definiu, talvez o IF tenha uma sugestão nesse sentido. O segundo nível é quais são os macro temas que o IF pode sugerir e usou como exemplo como pode ser acompanhada a parte financeira da Universidade porque dizemos que a COP tem esse papel, mas mesmo tendo um papel fundamental ela não tem todas as informações. Nem tudo da Universidade passa pela COP, ou seja, são várias caixas estanques e um pode ser mais cuidadoso, outro menos e o global da Universidade pode ter problemas. Então esse nível de governabilidade financeira e administrativa deve ser revisto porque de repente se aprova uma carreira, como aconteceu com o CO que decidiu mas não teve a informação de custo dessa carreira naquele momento. Disse que a parte financeira da Universidade tem vários agentes que não necessariamente se comunicam perfeitamente e, conseqüentemente, o orçamento total da Universidade sofre umas surpresas. Não estamos discutindo culpa de ninguém, mas talvez falte um canal de comunicação principal e já que as decisões são originadas nas Congregações, a Congregação também tem interesse na informação porque não vai tomar uma decisão simplesmente política ou acadêmica, sem ter consciência da situação financeira. Exemplificou o segundo nível de questões macro com o ato de dar uma opinião pessoal como mudar a representação da classe de funcionários. Indo para o

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

terceiro nível, disse entender inconcebível uma Unidade como a nossa não ter em seus Conselhos nenhum representante de funcionários. Mencionou que o Departamento de Física Nuclear tem um, convidado, mas que não tem peso, que na nossa Congregação temos três representantes de funcionários e que no Conselho Universitário o número é ainda menor, proporcionalmente. Então, disse, é um ponto de equilíbrio político dentro da composição, é importante dentro da distribuição de poder na Universidade, como o peso dos Professores Titulares e dos Associados. Teríamos que ter uma ideia clara de como gostaríamos de abordar o tema da governança ou, se é uma Estatuinte, o que entendemos por essa reforma. Temos que dar uma opinião, se a tivermos. O segundo, contribuir com temas que achamos importantes para termos uma dinâmica diferente da atual e com sugestões pontuais sobre o Estatuto. Cabe ao Diretor encaminhar, mas insistiu que temos três níveis e que à medida que se torna mais central considera mais complicado porque envolve toda a gestão da Universidade. Se fizermos uma Estatuinte paritária, certamente o resultado será diferente de se fizermos um Conselho Universitário ampliado, como seria o Colégio Eleitoral, ampliado com os Conselhos Departamentais. Esse pode ser um Colegiado que poderá fazer Câmaras de estudos, proporá temas, debaterá e trará para o plenário. Disse ser esse seu entendimento do processo e que cabe a nós forçar numa direção. O **Sr. Diretor** disse que, como já mencionado, no caso de uma Estatuinte temos que tomar muito cuidado em como a formaremos e como começará essa discussão. Cuidado e cautela, por exemplo, em relação a uma questão maior que é a autonomia universitária. Disse ser esse um ponto chave e que não pretende colocá-lo em discussão em nenhum momento. Se houver uma discussão, do ponto de vista do Estatuto, isso é algo complexo que o próprio Conselho Universitário vai tratar. Sugeriu que devemos abordar temas macros, que poderão ser incorporados ou não, se houver uma Estatuinte. Propôs dar a palavra aos membros, e lembrou que existe uma coleção de propostas já discutidas na Congregação, sendo que boa parte delas já foi decidida ou modificada como a eleição do Reitor, representações etc. que foram encaminhadas pelo então representante, Prof. Vito Vanin. Lembrou que a primeira modificação foi na eleição de Diretor, feita no primeiro escrutínio, o primeiro nome etc. Disse que poderíamos, também, fazer o casamento da eleição do Diretor com a do Vice. O **Prof. Renato Jardim** disse que isso já foi decidido, que a eleição termina na unidade, quanto a ser casada é um caso particular nosso, do IF. Citou alguns temas que julga importantes e que valeria a pena refletir nessa discussão geral. O primeiro deles é acerca das Licenciaturas, que têm um papel importantíssimo na Universidade, mas são tratadas como o patinho feio. Existe uma ausência muito grande de caminhos de interlocução entre as unidades que têm as Licenciaturas e o Conselho de Graduação. Disse que a CIL, Comissão Interunidades das Licenciaturas, tem apenas um representante no Conselho de Graduação e considera que isso deveria ser revisto, principalmente para as Licenciaturas de ingresso. As Licenciaturas de ingresso na Universidade de São Paulo são poucas e sub-representadas e não têm conseguido um papel razoável para levar os problemas maiores que enfrenta. Sugeriu como tema específico as Licenciaturas. Isso envolve, também, uma relação maior com a Secretaria de Educação. É um ponto fundamental que foi bastante discutido na Comissão de Planejamento Estratégico da USP. Não se trata de ter só a representação, mas de ter o parceiro imediato que é o ensino médio público, pelo menos. Disse entender que esse é um tema que valeria a pena ser levado em consideração. O **Sr. Diretor** solicitou esclarecimento sobre se seria estudar especificamente a atual sub-representação que existe. O **Prof. Renato** concordou e exemplificou com o CoG que tem um único representante das Licenciaturas, diluído entre os quarenta ou cinquenta membros que tem. Disse que a importância dela deveria ser um pouco maior porque existem diversas unidades que têm Licenciatura, pelo menos as de ingresso, não as de três mais um. O **Prof. Marcos Martins** disse que tinha duas dúvidas e uma delas é o que seria uma Licenciatura que não seja de entrada. O **Prof. Renato** respondeu que é aquela em que o indivíduo faz o Bacharelado e depois pode cumprir algumas disciplinas... O **Prof. Marcos Martins** observou que então é como era antes. Disse que outra dúvida é quando o Prof. Renato se refere aos quarentas membros do CoG e um representante. Perguntou porque é que deveria ter um representante específico da

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

Licenciatura e disse que aqui também é patinho feio. O **Prof. Renato** respondeu que é patinho feio em todos os lugares. Prosseguiu falando sobre o segundo ponto: concursos, especialmente concurso de ingresso. Considerou que já houve uma evolução partindo do IF que foi a realização de concurso em língua inglesa, mas considera que os concursos ainda são muito feudais aqui. Há muita forma e pouco mérito. Exemplificou dizendo que foi convidado para ser membro de uma banca no IQ que tinha quarenta e poucos candidatos e haveria prova; declinou para não ter que ler tantas provas. Considera que valeria a pena a Universidade, em particular a Procuradoria Geral, entrar em contato com o Ministério Público e fazer uma alteração com relação a isso. Prosseguiu dizendo que entendia que a avaliação curricular poderia substituir a famigerada prova escrita e então isso diminuiria. Aí surgiria a questão da subjetividade, mas o Ministério Público tem que entender que a Universidade é diferente, por exemplo, da Polícia Federal. Disse, que isso também acontece em relação à seleção de funcionários, porque é muito difícil fazer uma prova específica. Comentou que na gestão passada muitos reclamaram na Diretoria exatamente sobre isso, ser muito difícil fazer uma prova prática para os candidatos. Enquanto a sociedade, por sociedade entenda-se o Ministério Público, o Tribunal de Contas etc., não entender que a Universidade é um órgão diferente dos demais, estaremos sujeitos a essas regras que são gerais e acabam prejudicando, em sua opinião, o andamento disso. A **Prof. Marina** solicitou incluir nesse ponto de concursos o que já foi discutido na Congregação, ou seja, que seria interessante podermos aproveitar o segundo classificado no concurso, o que não se pode fazer aqui no IF, mas pode ser feito na UNESP e na UNICAMP. Algo que não é estabelecido pelo Estado, mas é importante. O **Prof. Renato** esclareceu que o concurso na USP se encerra no ato da confecção da ata. O **Sr. Diretor** lembrou que essa foi uma decisão que nós do IFUSP tomamos, há pelo menos trinta anos. O **Prof. Renato** continuou colocando o terceiro item: equivalência de título. Disse que estamos cada vez mais enjaulados nesse assunto porque também há muita forma e pouco mérito. Equivalência em qualquer nível, desde uma Dissertação de Mestrado até uma Livre-Docência. O Regimento é muito formal e pouco meritório. Disse ser hoje impossível vir alguém dos Estados Unidos prestar um concurso para Professor Titular aqui. Na nossa configuração é muito difícil conseguir o notório saber para um indivíduo desses, não existe Livre-Docência nos Estados Unidos e, eventualmente, a Universidade está perdendo bons candidatos. Considera extremamente importante que seja reavaliada a equivalência de títulos de uma maneira geral. Pensa que deveria ser uma prerrogativa da unidade porque ela sabe identificar exatamente quais são os méritos. O outro ponto citado é a questão da recondução que passou recentemente pelo Conselho Universitário e que, disse, gostaria que fosse reavaliado. Hoje é permitida uma recondução e, em sua opinião, isso é muito ruim, principalmente para algumas Comissões. Exemplificou dizendo que alguém entra na Comissão de Graduação, exerce seu primeiro mandato e, eventualmente, é eleito Presidente da Comissão e terá apenas mais um mandato para trabalhar, o que não é suficiente para adquirir todo o conhecimento e implementar o que ele quiser. Sugeriu que fosse ampliada para duas reconduções. Outra coisa que julga interessante e que deveria ser utilizada de maneira geral, sugestão que saiu do IF para o DRH, que vai em direção e sentido das Universidades de classe mundial, em sua opinião é que em relação ao corpo funcional o que foi feito pelo DRH é que ele parou de enviar vagas às unidades. Ele enviava recursos e a unidade escolhia como aplicaria esses recursos. Disse que a Profa. Marina, chefe de Departamento de Física Experimental, utilizou essa prerrogativa. Disse que o Departamento tinha uma vaga de técnico e queriam fazer um *up grade* para nível superior, então utilizaram esses recursos para isso. Apontou para o fato de que nem sempre uma nova vaga é mais importante. Apontou que isso acontece nas Universidades americanas onde o Departamento tem seu *budget* e escolhe o salário das pessoas. Considera que isso é um avanço e atende às necessidades locais. Desejou que isso fosse ampliado para o corpo docente embora saiba que quebraria a isonomia. O **Sr. Diretor** questionou o último item, em particular, dizendo que não vê onde isso poderia estar no Estatuto ou Regimento. Talvez uma Portaria resolvesse. O **Prof. Renato** diz que sim, mas que fosse preservado, porque estamos falando em

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

governança e considera fundamental na governança poder escolher o recurso para usar com recursos humanos. Em sua opinião, foi um avanço porque não se faz isso com tudo. Não se ganha vaga, mas se ganha recurso. O **Prof. Américo Kerr** apontou que em face da Resolução 6639 observa que o que está proposto é que a primeira reunião do Conselho Universitário discuta sobre um calendário de discussões. Disse não ser contra que se levantem questões aqui que se considerem pertinentes, inclusive encaminhar com modificações, mas é o *email* de encaminhamento e não a Resolução que fala em apresentação de propostas, então a questão é que ao invés de seguirmos o que seria a Resolução, estamos seguindo o *email* de encaminhamento. Considerou que essa questão da mudança de Estatuto da Universidade é fundamental, é premente, inclusive a gestão Covas mostra isso, uma gestão que foi perdulária desde o seu início, mais do que qualquer outra coisa compromete a questão da autonomia universitária porque fazer mau uso dos recursos nos expõem perante a sociedade. Isso mostra que a Universidade não pode escolher o Reitor, tem que escolher um dirigente que respeite instâncias de decisão e de deliberação nela que, a seu ver, têm que ser democráticas. Essa discussão do Estatuto da Universidade é fundamental porque o nosso, essencialmente, é aquele de 1970, feito debaixo da ditadura militar sob o controle de Gama e Silva e Buzaid, logo após a cassação do Reitor em exercício Helio Lourenço de Oliveira, em 1969, que foi cassado para bloquear um processo de reforma universitária que era discutido em 1968 e que estava para ser implementado. Foi um processo meio de golpe em cima da transformação que ocorreria naquele período e, de lá para cá, esta Universidade continua funcionando com esse Estatuto, essencialmente; houve mudança em 1988, mas ela foi cosmética. Considera que é uma discussão importantíssima e entende que nesse sentido a Resolução coloca estabelecer um calendário, contudo chamou atenção para o número de membros presentes nessa Congregação hoje, insuficiente para fazer essa discussão. Disse que temos que instigar esse debate dentro de todas as unidades, estabelecer um calendário em torno do qual estabeleceremos um processo de reestruturação, do seu ponto de vista um processo estatuinte, para mudarmos o Estatuto desta Universidade com participação ampla da comunidade. Prosseguiu dizendo não ser contra que se levantem pontos que devam ser debatidos, mas se essa Resolução for cumprida o que deve ser decidido nessa reunião do Conselho Universitário é um calendário de discussão para tratar de uma questão que é extremamente importante. Estamos em março e teremos que criar um espaço para instigar essa discussão na comunidade, fazer esse debate, colher as posições e disse ver que estamos num semestre com copa do mundo, com calendário escolar extremamente perturbado e então temos que fazer essa discussão ao longo do primeiro semestre e pensar em decisões no segundo semestre. Essa questão é seríssima e por isso a proposta é mexer no calendário. Disse ser intrigante que o Reitor Rodas tenha feito uma Resolução dessas propondo uma transformação do Estatuto, ou pelo menos abrindo espaço para que isso ocorra. É intrigante porque talvez ele quisesse ter sido o último déspota desta Universidade porque do jeito que isto aqui funciona ... O Reitor tem um poder que agiu esses quatro anos com todos sabendo que ele tinha uma gestão perdulária. Disse que o engenheiro da obra da Reitoria comentou que havia colocado um piso de mármore no gabinete do Reitor, que era o que ele tinha pedido, que teve que ser retirado para colocação de outro, porque o Reitor observou que não era o carrara que ele havia pedido. Considerou que isso está no campo da impunidade administrativa e que se realiza porque na verdade elegemos um Rei por quatro anos e não pode ser assim, ele tem que ser um representante de instâncias que sejam democráticas na Universidade. Colocou a questão de ser fundamental que indicássemos um calendário e qual a nossa proposta para isso. Sugeriu que fosse no primeiro semestre o debate com decisões que possam ser feitas no segundo semestre. Disse entender que a decisão não pode estar com esse Conselho Universitário. Ele está eleito nas bases do atual Estatuto onde o Reitor escolhe o Diretor em lista triplíce e, depois, os Diretores eleitos na lista triplíce escolhem o Reitor. É um processo que tem um nível de *inbreeding* muito grande, portanto entende que deve ser um processo de estatuinte mesmo, em que as pessoas que vão decidir sobre a mudança estatutária sejam escolhidas na comunidade. O **Sr. Diretor** perguntou se o Prof.

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

Américo tinha uma proposta específica de calendário e ele respondeu que numa proposta geral diria que o primeiro semestre deveria ser reservado para discussões e que as deliberações ocorram no segundo semestre, com uma estatuinte efetivamente, com pessoas escolhidas especificamente para fazer a discussão da mudança estatutária da Universidade. O **Prof. Alejandro** concordou com a existência de um calendário mínimo para ter um horizonte do que será discutido e até quando será discutido, contudo algo precede que é saber quem vai discutir, quem vai ter a responsabilidade nesse primeiro semestre de discussão, em que fórum. Em sua opinião, a primeira decisão deve ser a definição do fórum que discutirá a questão, porque pode ser discutido num fórum e ao chegar noutro lugar a resposta pode ser que naquele fórum o colegiado tem pouco acesso ou acesso restrito. Disse que para ser pragmático, a primeira colocação é termos ideia clara de qual deve ser o fórum que vai discutir essa questão e então, sim, nesse fórum teremos um calendário de discussões, por exemplo, vão as Congregações, vão os Departamentos, vai só o Conselho Universitário com representação ampliada de funcionários e alunos, que estão realmente sub-representados. Prosseguiu dizendo que por incrível que pareça o último Reitor votou a favor da LDB que aumentava a representação e, para ser justo, informou que a discussão do poder foi colocada no primeiro ano de gestão. Formou-se uma comissão presidida pelo Prof. Renato Janine que fez toda uma documentação, contudo o Conselho Universitário nunca trouxe de volta essa questão por razões que não se conhece. O **Prof. Manfredo** concordou com as duas falas anteriores, entende que precisamos um calendário mínimo, que é a proposta, mas para montá-lo é preciso ter ideia de qual será o caminho. Prosseguiu dizendo que o Prof. Renato levantou alguns pontos que elencam o grau de detalhamento do calendário ao longo do semestre, do ano. Concordou que é mesmo esse o caminho, decidir o fórum e a partir daí subtítular e decidir os temas mais importantes. Sugeriu acrescentar dois temas aos já citados. Um é de responsabilidade fiscal: métodos, sistemas que temos que instalar e manter dentro da Universidade que garantam a lisura e a correta aplicação dos recursos e evitar problemas futuros, como os que estamos passando agora. Considera que é bom evitarmos sobressaltos e entende que cada vez que se faz uma lei de responsabilidade fiscal começa-se a achar os buracos, entretanto julga que isso faz parte porque temos que começar de alguma forma. O segundo ponto sugerido pelo Prof. Renato, que considera que precisamos discutir profundamente, é representatividade porque julga que o atual modelo privilegia o Professor Titular nos Conselhos, nas Congregações e temos que, no mínimo, fazer essa categoria respeitar a mesma regra de eleição ou de representatividade das outras categorias em alguma proporção, disse não saber muito bem qual, e incluir funcionários tanto nos Conselhos de Departamento como nas Congregações. Eles são parte ativa da Universidade, são seus construtores e excluí-los como estamos fazendo não é a melhor ideia. Quanto aos estudantes, disse ter outras opiniões e entende que devemos discutir um pouco porque, na sua concepção, os estudantes são mais clientes do que construtores da Universidade e devemos pensar como eles participam do processo de construção e gerenciamento. Perguntou ao Prof. Renato se foi discutida a eliminação da exigência de Livre-Docência para o concurso para Titular porque considera que ela pode ser ponto, porém não exigência e, assim, docentes de todo o mundo poderiam se inscrever aqui. O **Sr. Diretor** disse que mais focados no que disse o Prof. Américo, devemos pensar no *modus operandi* do calendário e como fazê-lo; uma coisa é dentro da nossa instituição e a outra uma proposta de como o Conselho Universitário deve encaminhar. Esse é um ponto, mas não elimina os pontos que estamos colocando aqui porque são temas que nos preocupam. Falamos de internacionalização da Universidade, mas uma Estatuinte aqui pode demorar muitos anos. Com relação ao calendário, questionou a posição da Congregação para que seu representante a levasse ao Conselho Universitário. Falou sobre uma reunião por mês embora confessasse não ter pensado no assunto. O **Prof. Alejandro** disse que o assunto era muito complicado, com diferentes pesos dos vários assuntos e disse que percebia, olhando todos os setores da Universidade, que um setor está pensando e lutará, no sentido acadêmico, mais que outros para que seja uma paritária ou algo equivalente. Disse estar convicto de que haverá grande pressão de alguns setores da

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

Universidade, mas que existe outro conjunto dessa sociedade mais ampla que defenderá um colegiado mais restrito, certamente envolvendo todos os setores, mas com pesos diferentes e mais com o espírito de câmaras, ou seja, um setor se preocupa com as eleições, outro com a parte acadêmica, outro com a interação com a sociedade. Disse, ainda, que isso que ele chama de câmaras porque não sabe que outro nome poderia dar, poderão eventualmente ter composições diferentes. O ponto de partida para discussão, no seu entendimento, é nos posicionarmos naquilo que lhe parece ser um dos primeiros pontos que é a composição do Colegiado Estatuinte, se é paritária, tripartite, com pesos etc. Não que se deva votar hoje, disse, mas ter uma discussão sobre qual é o melhor mecanismo. O **Prof. Américo Kerr** disse que, efetivamente, se for mantida a estrutura de debates essencialmente ligada à estrutura de poder que existe, repetiria o que disse Leite Lopes em 1968, numa reunião da SBPC, quando se debatia a reforma universitária e que, certamente os pontos ali existentes sobre a reforma universitária avançavam muito além do que estamos começando a discutir hoje; os institucionalmente, na Universidade. Ele dizia que no instante em que Zeferino Vaz, também presente naquela ocasião, está propondo uma série de temas para a reforma universitária disse que o que ele estava fazendo era armar a cama para que tudo continuasse como estava. Considera que fazer uma discussão de mudança de poder com aqueles que estão no poder, com a estrutura que está definida aqui, não se mudará nada, serão apenas mudanças cosméticas. Prosseguiu dizendo que é necessário ter-se a coragem de abrir essa discussão para a comunidade, e isso já aponta para a questão de comissões paritárias. Trazendo-as se abre espaço para que toda a comunidade se integre a esse debate. Considera que a direção seria neste primeiro semestre abrir a discussão para a comunidade e, historicamente, o caminho que se procurou seguir nessas transformações foi o de constituir comissões paritárias. Há que se ter a coragem de abrir essa discussão e ver o que brotará dela. Disse que o que brotou em 1968 foi muito interessante e estava para ser aprovado no Conselho Universitário desta Universidade e, só não aconteceu, porque o Reitor foi caçado. Eram dois professores da USP, na verdade um era o Reitor apontando as diretrizes e outro era professor da USP como ministro da ditadura militar. Não houvesse aquele conjunto de cassações, aquela intervenção brutal da ditadura militar aqui, teríamos tido uma mudança estatutária significativa. Disse ser fundamental ter a coragem de fazer as comissões paritárias, senão não se integra a comunidade. Prosseguiu dizendo que isso não é razoável, não traz a comunidade a participar do processo. O **Sr. Diretor** disse que a partir do momento que é estabelecida e aceita a regra do jogo, o derrotado tem que aceitar. Isso é ponto pacífico, senão faremos estatuintes na Universidade todos os meses, todas as semanas. Disse que concordava com o Prof. Américo que há algo que está poluindo o sistema, que foi a última gestão do nosso Reitor. Disse ter gostado quando o Prof. Manfredo falou em responsabilidade fiscal. Responsabilidade fiscal e mérito universitário são duas coisas diferentes. Citou a manifestação da reforma universitária de Angra dos Reis, coordenada pelo Prof. Moyses Nussenzweig, quando estiveram reunidas as maiores autoridades brasileiras para discutir uma reforma universitária que foi colocada num livro de 230 páginas. Disse que precisamos tomar cuidado nesse momento porque essas coisas devem ser feitas com muita cautela, para não dizer prudência. É preciso compreender que não se pode deixar de lado o mérito, a confiança que a sociedade deve depositar em nós. Tudo isso faz parte de uma grande discussão. Não adianta querermos discutir Universidade com quem não entende da Universidade. A sociedade quer ver aquilo que estamos produzindo, aquilo que está saindo daqui e não o que é de fora para dentro. Temos sim responsabilidade com a sociedade, mas temos que saber como continuar mantendo o mérito acadêmico e a formação de recursos humanos de boa qualidade. A partir do momento que vamos definir quem vai fazer parte da constituinte, quem vai definir a estatuinte desta Universidade, o final dela, ela se encerra. Disse que a discordância faz parte da vida, do meio acadêmico, mas não faz parte das corporações e essa tem que ser uma discussão muito rica. Disse ter observado nesse momento de sua volta que essa gestão foi realmente desastrosa nesse sentido. Ela introduziu um fator de credibilidade financeira, fiscal que está levando à discussão. Disse concordar que o

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

encaminhamento deve ser feito nesse processo dos calendários etc., mas todas as questões levantadas pelo Prof. Jardim são questões que nos afetam no dia a dia do bom andamento do que chamamos de Universidade. Uma coisa é discutir o calendário, outra é entrar no mérito. Há que se separar e disse não entender que uma constituinte deva ser paritária, por exemplo. Em algum momento teremos que voltar e discutir isso. Considera que deve haver representação discente, de funcionários e que temos que ter a representação dos docentes de forma separada, porque se acharmos que todos sabem da Universidade ou são capazes de contribuir de uma forma igual, não é aqui o modelo de uma academia, no bom sentido. Essa discussão de Angra dos Reis, que foi feita em 1989, tem muito da parte administrativa; há ali discussões muito ricas de como se separa a burocracia das decisões acadêmicas. Não dá para viver sem isso, portanto vale a pena discutir um pouco esse assunto, sem paixão. A paixão deve ser colocada lá na frente visando uma Universidade que forme recursos humanos de alta qualidade, que sirva à sociedade, que tenha uma pesquisa forte para o desenvolvimento do país. Feitas essas condições de contorno, como chegamos lá, indagou. O **Prof. Alejandro** disse não entender que o formato tenha que ser engessado. A participação dos vários setores pode ser móvel, dependendo do tema. Pelo que foi levantado pelos colegas disse conseguir elencar três grandes itens: poder e responsabilidade, academia e interação com a sociedade. Esses itens podem ter fóruns diferentes. Não temos que decidir um fórum congelado para todos os itens, mas deve haver alguém para fazer a articulação. Por isso, considerou que paritária não é exatamente a melhor forma. Considera que deve haver a contribuição de funcionários e alunos e docentes, mas a paritária não é a mágica que fará uma estatuinte melhor. A **Profa. Marina** considerou ótima a proposta do Prof. Américo que estabelece que o primeiro semestre fosse um semestre de discussões e o segundo de deliberações. Dentro das deliberações já deve estar qual é a constituição dessa estatuinte. Usaríamos o semestre das discussões para, inclusive, propor essas coisas e propor todas as alterações que gostaríamos e depois, nas deliberações, é que entraria a composição da estatuinte, inclusive. O **Sr. Diretor** disse que essas discussões poderiam ser divididas entre os três pontos colocados pelo Prof. Alejandro. O **Prof. Alejandro** considerou que uma proposta clara é a que foi verbalizada pelo Sr. Diretor, levantada pelo Prof. Américo, que trata de fazer com que o primeiro sirva para fazer o levantamento de questões, para organizar depois os grandes temas e o formato, sugere que o primeiro semestre seja mais livre, que se levantem pontos, se ouçam preocupações, se divague um pouco e, depois, no final do semestre se organiza tudo. Disse que o melhor fórum para debater esse tema teria esse formato de meio termo entre calendário e formato. O **Sr. Diretor** disse que deveríamos então propor o número de discussões, talvez uma por mês. Temos três temas então se poderia fazer a cada vinte dias uma reunião. Há uma prerrogativa de enviar uma espécie de calendário para discussão com os temas, duas reuniões para cada tema. O **Prof. Manfredo** sugeriu que se deixe bem claro para os estudantes e funcionários que são reuniões abertas e que eles devem participar. A paritária se conquista, não se estabelece, disse. Se as pessoas vierem e participarem de fato, estarão conquistando o direito de participar do processo. Se se ausentarem, estarão omissos. O **Prof. Américo** julga interessante a discussão aberta, mas considera que isso pode fazer com que não se estabeleça um espaço de representação. Eventualmente, deixar a discussão informal sabendo que ela não tem concatenação com o processo seguinte de maneira formal, pode levar a pessoa a acreditar que não vale a pena participar. Disse que podemos pensar numa estrutura de representação. A questão da paridade não é uma mágica; há muitas formas de se fazer representação democrática como a direta, aberta a todos, que pode ser o caminho. A questão da paridade é uma forma democrática de representação que, eventualmente, pode organizar a discussão porque estabelece compromissos. As pessoas têm níveis de comprometimento com suas atividades de ensino, de trabalho diferenciadas e a representação impõe um compromisso. Também pode ser feita em espaço aberto. O **Sr. Diretor** recapitulou dizendo que estava entendendo que o IF faria no primeiro semestre nossas discussões em três temas, em Congregações abertas. Duas reuniões para cada tema. A **Profa. Marília Caldas** citou uma questão que vai nessa direção. A discussão é uma coisa, a

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

decisão sobre o que enviar como sugestão, é outra. Essa decisão deveria ser feita por quem vota dentro da Congregação, por quem tem parecer na Congregação. As reuniões para discussão devem sim ser abertas, ouvem-se mais pessoas, se houver mais pessoas, já que há menos gente na discussão aberta do que na fechada. Disse que é para lembrar que não é bem assim que se faz; talvez tenha que ser feita em outro horário para ter mais gente, talvez tenha que ser feita outra publicidade. Algo deve ser feito porque não é representante do IF, não considera que seja. Por outro lado, qualquer decisão que seja tomada deve ser feita pelos representantes eleitos e não por uma discussão aberta. Considera que se pode fazer essas seis reuniões abertas, contudo deve ser convocada uma reunião da Congregação para decidir cada um dos temas já discutidos. O **Sr. Diretor** considera que não há outra forma, face ao atual Regimento. O **Prof. Alejandro** disse que há duas possibilidades, que dependem do Diretor, de alterarmos o fórum regimental. A discussão, certamente, é aberta e o ponto levantado pela Profa. Marília é quem leva. As possibilidades são ou uma Congregação ou uma Assembleia que o Diretor pode convocar, com a composição que julgar adequada como, por exemplo, convoca o Colégio eleitoral ou convoca com os Departamentos. É decisão dele que Colegiado vai votar porque eles têm legitimidade regimental. A **Profa. Marília** disse ter entendido isso, apenas sugere que quem vote seja a Congregação num horário em que haja *quorum* e não nessas Congregações que são convocadas em terceira chamada. O **Sr. Diretor** resumiu dizendo que enviará a todos os docentes e funcionários o calendário do IF para a discussão que permitirá levar a posição do IF ao Conselho Universitário sobre Poder e Responsabilidade, Academia e Interação da Universidade com a Sociedade. Seriam feitas duas reuniões abertas para discussão de cada tema e ao final haverá o encaminhamento colocado pela Profa. Marília, da forma como permitir o Regimento. Agradeceu, lembrando que está é sua primeira reunião, já extraordinária, como quando foi Vice-Diretor na gestão do Prof. Salinas que também teve sua primeira reunião de Congregação, extraordinária de uma greve. O **Prof. Américo** questionou se esses três temas haviam sido recebidos de algum lugar e o **Sr. Diretor** respondeu que esses temas são apenas para uma organização nossa. Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Diretor** encerrou a reunião às 10h18min e eu, Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, Assistente Acadêmica, redigi a presente ata por mim assinada e pelo Sr. Diretor. São Paulo, 12 de março de 2014.